

Universidade Federal de Minas Gerais

Departamento de Organização e Tratamento da Informação

Disciplinas dos cursos de graduação

Disciplina Os arquivos da ditadura militar: produção, acesso, ocultação e invisibilidade			Código TGI061
Professores Adalson de Oliveira Nascimento			
Departamento Organização e Tratamento da Informação			Unidade Ciência da Informação
Carga horária			Créditos 4
Teórica 60 h/a	Prática 0 h/a	Total 60 h/a	
Ano letivo 2024		Período -	
Pré-requisitos -		Códigos -	
Cursos para os quais é ministrada Arquivologia e Biblioteconomia		Classificação Optativa	

Ementa

Estudo dos arquivos da Ditadura Militar brasileira como instrumentos para o conhecimento das atividades de inteligência, de repressão e de violação de direitos humanos, tais como detenções e prisões ilegais ou arbitrárias, tortura, execução sumária, arbitrária ou extrajudicial, desaparecimentos forçados e ocultação de cadáveres. Reconhecimento do valor dos documentos de arquivo para a reparação de direitos, para o conhecimento histórico e para a formação da memória social. Estudo dos processos de produção dos arquivos da ditadura a partir da identificação da estrutura funcional dos órgãos de informação/inteligência e dos órgãos repressivos da Ditadura. Estudo dos processos sociais e políticos de abertura dos arquivos da Ditadura e de procedimentos de ocultação e invisibilidade.

Programa

A golpe militar e a ditadura brasileira: história, revisionismo e negacionismo
Arquivos da ditadura, verdade e reparação: um longo processo
Arquivos, memória social e reconstrução democrática
Arquivos da repressão e da subversão: definição e características
Leis de acesso à informação e arquivos da ditadura
O fim das ditaduras no cone sul e os processos sociais e políticos de transição

Objetivos

Compreender o processo de escrita história e o valor dos documentos de arquivo como fonte para a "história científica".

Conhecer a história e a memória da ditadura brasileira a partir da abertura dos arquivos das polícias políticas.

Compreender e refletir sobre o papel dos arquivos na construção das memórias e história das ditaduras do cone sul.

Avaliação

- Estudos dirigidos 4 x 10 = 40 pontos
- Prova – 30 pontos
- Trabalho em grupo – 30 pontos

Grupos de 4 alunos/as desenvolverão uma pesquisa a partir de um tema indicado pelo professor. A pesquisa resultará em um trabalho escrito, que será postado como tarefa no Moodle, e em uma apresentação.

Referências bibliográficas básicas

MULLER, Angélica; et al. *Documentar a ditadura: arquivos da repressão e da resistência*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, (2014), 71-88.

SANTOS, Cecília MacDowell et al. *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild Editores, 2009.

STAMPA, Inez Terezinha; NETTO, Rodrigo De Sá (orgs). *Arquivos da repressão e da resistência: comunicações do I Seminário Internacional Documentar a Ditadura*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional – Centro de Referência Memórias Reveladas, 2013.

THIESEN, Icléia. *Documentos sensíveis: informação, arquivo e verdade na Ditadura de 1964*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2014.

Referências bibliográficas complementares

ANTUNES, Priscila Carlos Brandão. SNI & ABIN: Entre a Teoria e a Prática, uma leitura da atuação dos serviços secretos brasileiros ao longo do século XX. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2001.

AQUINO, Maria Aparecida de. As vísceras expostas do autoritarismo, *Revista do Arquivo Público Mineiro* XLII, no. 1, (Jan. 2006): 20-39.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Infodemia, desinformação, pós-verdade: o desafio de conceituar os fenômenos envolvidos com os novos regimes de informação. *The International Review of Information Ethics*, v. 30, n. 1, 2021.

ARNS, Paulo Evaristo. Brasil: nunca mais. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Arquivos do Brasil sobre a repressão política na ditadura militar (1964-1985). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). COPRA/CODES. Equipe de Documentos Privados. Coleção Informante do Regime Militar – X-9. Inventário da Coleção Informante do Regime Militar. Rio de Janeiro: O Arquivo, 2008. p. 52; (Instrumentos de Trabalho, 22).

BACELLAR, Carlos. Entrevista, arquivos sensíveis custodiados pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo. In: THIESEN, Icléia. Documentos sensíveis: informação, arquivo e verdade na Ditadura de 1964. Rio de Janeiro: 7Letras, 2014.

BASTOS, Lucia Elena Arantes Ferreira. A anistia brasileira em comparação com as da América Latina: uma análise na perspectiva do direito internacional. In *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil*, ed. Cecília MacDowell Santos et al. São Paulo: Aderaldo & Rothschild Editores, 2009.

BAUER, Caroline Silveira. Qual o papel da história pública frente ao revisionismo histórico? In MAUAD, Ana Maria; SANTIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade. *Que história pública queremos?* São Paulo: Letra e Voz, 2018, p.195-203.

Brasil, Arquivo Nacional, “Editais de reconhecimento de conjuntos documentais contendo informações pessoais como necessários à recuperação de fatos históricos de maior relevância publicados pelo Arquivo Nacional do Brasil”, <http://www.arquivonacional.gov.br/br/atos-normativos>.

BRASIL. (2018). Lei Modelo de Acesso à Informação: qual a sua importância e por que está sendo revisada. Disponível em: <<http://ouvidorias.gov.br/noticias/2018/lei-modelo-de-acesso-a-informacao>>. Acesso em: 17 jun. 2019.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório da Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Os arquivos da polícia política como fonte. Registro, Revista do Arquivo Público Municipal de Indaiatuba, ano 1, nº 1, 2002.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Os arquivos e o acesso à verdade. In: SANTOS, Cecília Macdowell; TELES, Edson; TELES, Janaína de Almeida (Org.). *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2009.

CAMPOS, Phillippe de Freitas; RODRIGUES, Georgete Medleg. A construção da Lei de Acesso à Informação no Congresso Nacional brasileiro: sistematização de sua tramitação legislativa. *Informação & Informação*, 2020, v. 25, n. 4, p. 1-30.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Os Arquivos da Polícia Política Brasileira: uma alternativa para os estudos de História do Brasil Contemporâneo. PROIN-Publicação do Arquivo Público do Estado e Universidade de São Paulo, 2005.

CARVALHO, Aloysio Castelo de. Regime Militar de 1964: Ideologia a Comunidade de Informações. *Revista Brasileira De Estudos Estratégicos*, v. 10, n. 19, 2019.

CATELA, Ludmila da Silva. O mundo dos arquivos. In: REÁTEGUI, Félix. *Justiça de transição: manual para a América Latina*. Brasília: Comissão de Anistia, Ministério da Justiça; Nova York: Centro Internacional para a Justiça de Transição, 2011.

Costa, C. M. L. (1998). Intimidade versus interesse público: a problemática dos arquivos. *Revista Estudos Históricos*, 11 (21), 189-200.

COSTA, Célia Maria Leite. Acesso à informação nos arquivos brasileiros: retomando a questão. *Estudos*

Históricos, Rio de Janeiro, nº 32, 2003, p. 178-188.

COSTA, Célia Maria Leite. Intimidade versus Interesse Público: a problemática dos Arquivos. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 21, 1998, p. 189-199.

COSTA, Célia Maria Leite; FRAIZ, Priscila Moraes Varella. Acesso à informação nos arquivos brasileiros. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, 1989, p. 63-76.

ESPINDOLA, Cláudia; SILVA, Ive. A preservação de documentos do DOPS no APERJ. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 23, no 2, p. 115-124, jul/dez 2010.

FAUSTO, Boris. O Regime Militar (1964-1985). In: _____ . História do Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Fundação para o Desenvolvimento da Educação, 1996.

FICO, Carlos. A Ditadura Documentada: Acervos desclassificados do regime militar brasileiro. *Acervo*, Revista do Arquivo Nacional, v. 21, n. 2, p. 67-78, 2011.

FICO, Carlos. A ditadura documentada. Acervos desclassificados do Regime Militar Brasileiro. *Acervo – Revista do Arquivo Nacional*, dossiê Arquivos do regime militar, vol. 21, nº 02, jul/dez, 2008.

FICO, Carlos. Como eles agiam: os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FIGUEIREDO, Lucas. Lugar nenhum: militares e civis na ocultação dos documentos da ditadura. Editora Companhia das Letras, 2015.

FIGUEIREDO, Lucas. Ministério do silêncio: a história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula (1927-2005). Editora Record, 2005.

GONZÁLEZ QUINTANA, Antonio. Políticas arquivísticas para a defesa dos direitos humanos. *Revista do Arquivo*, São Paulo, Ano II, Nº 5, p. 10-23, 2017.

GREEN, James Green. A proteção da privacidade com a abertura plena dos arquivos. *Acervo* 24, no. 1, Jan. 2011, 205-216.

HEDSTROM, Margaret. Arquivos e memória coletiva: mais que uma metáfora, menos que uma analogia. In EASTWOOD, Terry; MACNEIL, Heather. *Correntes atuais do pensamento arquivístico*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2016, p. 237-259.

HEYMANN, Luciana. Documentar a ditadura: reflexões sobre arquivos e sensibilidades, in: MULLER, Angélica, Et al. Documentar a ditadura: arquivos da repressão e da resistência. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2014, 32-46.

ISHAQ, Vivien. Introdução. In: ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Arquivos do Brasil sobre a repressão política na ditadura militar (1964-1985). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.

ISHAQ, Vivien. Introdução. In: ISHAQ, Vivien; FRANCO, Pablo E.; SOUSA, Teresa E. de; A escrita da repressão e da subversão, 1964-1985. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2012, p. 11-35.

ISHAQ, Vivien; FRANCO, Pablo E. Os Acervos dos Órgãos Federais de Segurança e Informações do Regime Militar no Arquivo Nacional. *Acervo – Revista do Arquivo Nacional*, dossiê Arquivos do regime militar, vol. 21, nº 02, jul/dez, 2008.

ISHAQ, Vivien; FRANCO, Pablo E.; SOUSA, Teresa E. de; A escrita da repressão e da subversão, 1964-1985. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2012.

JARDIM, José Maria (2013). A implantação da lei de acesso à informação pública e a gestão da informação arquivística governamental. *Liinc em Revista*, Rio de Janeiro, v.9, n.2, p. 383-405.

JOFFILY, Mariana. Direito à informação e direito à vida privada: os impasses em torno do acesso aos arquivos da ditadura militar brasileira. Estudos Históricos, v. 25, p. 129-148, 2012.

JOFFILY, Mariana. No centro da engrenagem; os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975). São Paulo: EDUSP, 2013.

KUSHNIR, Beatriz. Decifrando as astúcias do mal, *Revista do Arquivo Público Mineiro* XLII, no. 1, (Jan. 2006): 20-39.

LAFER, Celso. O público e o privado: suas configurações contemporâneas para a temática dos arquivos. In: ARDAILLON, Danielle. Documentos privados de interesse público: o acesso em questão. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2005.

MENDEL, T. (2009) El derecho a la información en América Latina: comparación jurídica. Quito: Casa Unesco.

MEZAROBBA, Glenda. O que é justiça de transição? Uma análise do conceito a partir do caso brasileiro. In: SOARES, Inês Virgínia Prado; KISHI, Sandra Akemi Shimada. Memória e verdade: a justiça de transição no Estado Democrático brasileiro. Belo Horizonte: Fórum, 2009.

MEZAROBBA, Glenda. Um acerto de contas com o futuro: a anistia e suas consequências, um estudo do caso brasileiro. Editora Humanitas, 2006.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária.** Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. História, Memória e as disputas pela representação do passado recente. **Patrimônio e memória**, v. 9, n. 1, p. 56-70, 2013.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O ofício das sombras. Revista do Arquivo Público Mineiro XLII, no. 1, Jan. 2006, 52-69.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2014.

MULLER, Angélica; et al. *Documentar a ditadura: arquivos da repressão e da resistência.* Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, (2014), 71-88.

NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do Regime Militar Brasileiro* (São Paulo: Contexto, 2014).

NASCIMENTO, Adalson de Oliveira. (2017). Acesso à informação pessoal visando à recuperação de fatos históricos de maior relevância: quadro da situação brasileira. In: XII Congresso de Arquivologia do Mercosul, 2017, Córdoba. Actas del XII Congreso de Archivología del Mercosur. Córdoba: Editorial de la Red de Archiveros Graduados de Córdoba, p. 92-102.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. (1948). Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível em: <<https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Pages/Language.aspx?LangID=por>>. Acesso em: 17 jun. 2019.

PAES, Marcia Bassetto. O arquivo da sala ao lado: catálogo da correspondência entre a Universidade de São Paulo e os órgãos de segurança (1967-1989). 2022. 1998 f., Tese (doutorado). Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas.

PAIVA, Marília de Abreu Martins de. Os arquivos e o acesso à informação pública no Brasil: desafios e perspectivas. In: MOURA, Maria Aparecida. A construção social do acesso público à informação no Brasil, contexto, historicidade e repercussões. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

PEREIRA, Anthony W. Ditadura e repressão: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina. Paz e Terra, 2010.

PEREIRA, Anthony W. Sistemas judiciais e repressão política no Brasil, Chile e Argentina. In Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil, ed. Cecília MacDowell Santos et al. São Paulo: Aderaldo & Rothschild Editores, 2009.

PEREIRA, Luciana Lombardo Costa. Nos arquivos da polícia política: reflexões sobre uma experiência de pesquisa entre os papéis do Dops do Rio de Janeiro. In: STAMPA, Inez Terezinha; NETTO, Rodrigo De Sá (orgs). Arquivos da repressão e da resistência: comunicações do I Seminário Internacional Documentar a Ditadura. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional – Centro de Referência Memórias Reveladas, 2013.

PERLINGEIRO, R., LIANI, M., & DÍAZ MADRIGAL, I. N. (2016). Princípios sobre o direito de acesso à informação oficial na América Latina (Principles of the Right to Access Official Information in Latin America). *Revista de Investigações Constitucionais, Curitiba*, 3(2), 143-197.

PINTO, S. R. (2010). Direito à memória e à verdade: comissões de verdade na América Latina. *Revista Debates*, 4(1), 128.

REIS, Daniel Aarão. As armadilhas da memória e a reconstrução democrática. In *Democracia em risco?* Companhia das Letras, 2019, p.274-286.

REIS, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988.* Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

Reis, Daniel Aarão. Ditadura no Brasil entre memória e história. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Ed.). Ditaduras militares: Brasil, Argentina, Chile e Uruguai. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015.

RIBEIRO, Ana Cláudia et al. Entre testemunhos e documentos: a Comissão Nacional da Verdade e seu legado informacional para a justiça de transição. 2022.

RODRIGUES, Georgete Medleg. Arquivos, anistia política e justiça de transição no Brasil: onde os nexos? *Revista Anistia Política e Justiça de Transição*, v. 1, 2009. p. 136-151.

RODRIGUES, Georgete Medleg. Legislação de Acesso aos Arquivos no Brasil Um terreno de disputas políticas pela memória e pela história. *Acervo*. Rio de Janeiro, v. 24, 2011. p. 257-286.

RODRIGUES, Georgete Medleg. Verdade do arquivo versus autoridade do arquivo: reflexões a partir do caso Herzog. In: MÜLLER, Angélica; STAMPA, Inez; SANTANA, Marco Aurélio. (orgs.). **Documentar a ditadura: arquivos da repressão e da resistência**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2014.

RODRIGUES, Vicente Arruda Câmara. Documentos (in)visíveis: arquivos da ditadura militar e acesso à informação em tempos de justiça de transição no Brasil. Aracaju: Edise, 2017.

SANTOS, Cecília MacDowell et al. *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild Editores, 2009.

Shirlene Linny da Silva. Construindo o direito de acesso aos arquivos da repressão: o caso do Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.

Shirlene Linny da Silva. Construindo o direito de acesso aos arquivos da repressão: o caso do Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.

SILVA, Isabela Costa da. A dimensão do acesso à informação pública e os arquivos do regime militar: um olhar sobre a função social dos arquivos. 2021. 228 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021.

SILVA, Jaime Antunes da. Acesso à informação no Brasil: novos marcos e desafios. In: STAMPA, Inez; RODRIGUEZ, Vicente. Ditadura e transição democrática no Brasil: o golpe de Estado de 1964 e a (re)construção da democracia. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2016.

SILVA, Jaime Antunes da. Apresentação. In: ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Arquivos do Brasil sobre a repressão política na ditadura militar (1964-1985). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.

SILVA, Jaime Antunes da. Novos marcos para o acesso aos documentos da ditadura militar (1964–1985). In: MÜLLER, Angélica; STAMPA, Inez; SANTANA, Marco Aurélio. (orgs.). *Documentar a ditadura: arquivos da repressão e da resistência*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2014, p. 71–88.

SILVA, Jaime Antunes O Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985): Memórias Reveladas. *Acervo – Revista do Arquivo Nacional*, dossiê Arquivos do regime militar, vol. 21, nº 02, jul/dez, 2008.

SILVA, Shirlene Linny da. Construindo o direito de acesso aos arquivos da repressão: o caso do Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais. 2007.

SODRÉ, Carolina Almeida; RONCAGLIO, Cynthia. A difusão dos acervos das DOPS no banco de dados memórias reveladas. In: CUEVAS CERVERÓ, Aurora et al. (Coord.). *Investigación en información, documentación y sociedad: perspectivas y tendencias*. Madrid: Facultad de Ciencias de la documentación, Universidad Complutense de Madrid, 2017. v. 2. p. 41-53.

SODRÉ, Caroline Almeida. Descrição, acesso e difusão dos acervos das DOPS no Brasil. Dissertação de mestrado. Universidade Nacional de Brasília, 2016.

SOUZA, Jessie Jane Vieira de. Direitos humanos e o acesso às informações arquivísticas: uma polêmica em torno do Projeto Memórias Reveladas. Disponível em [https://www.torturanuncamais-rj.org.br/jornal/gtnm_76/artigo.html]. Acesso em 14 nov. 2023.

STAMPA, Inez Terezinha; NETTO, Rodrigo De Sá (orgs.). *Arquivos da repressão e da resistência: comunicações do I Seminário Internacional Documentar a Ditadura*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional – Centro de Referência Memórias Reveladas, 2013.

STAMPA, Inez Terezinha; NETTO, Rodrigo De Sá. Documentar a Ditadura, uma reflexão coletiva sobre uma história que não pode se repetir. In: STAMPA, Inez Terezinha; NETTO, Rodrigo De Sá (orgs.). *Arquivos da repressão e da resistência: comunicações do I Seminário Internacional Documentar a Ditadura*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional – Centro de Referência Memórias Reveladas, 2013.

STAMPA, Inez; RODRIGUEZ, Vicente. Ditadura e transição democrática no Brasil no contexto dos 50 anos do golpe de Estado de 1964. In: STAMPA, Inez; RODRIGUEZ, Vicente. Ditadura e transição

democrática no Brasil: o golpe de Estado de 1964 e a (re)construção da democracia. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2016.

STAMPA, Inez; RODRIGUEZ, Vicente. Proteção e difusão do patrimônio documental brasileiro no âmbito da justiça e transição: o sombrio legado da ditadura militar e o Centro de Referência Memórias Reveladas. In: STAMPA, Inez; RODRIGUEZ, Vicente. **Ditadura e transição democrática no Brasil: o golpe de Estado de 1964 e a (re)construção da democracia.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2016.

STAMPA, Inez; SANTANA, M. A.; RODRIGUES, Vicente. Direito à memória e arquivos da ditadura: a experiência do Centro de Referência Memórias Reveladas. In: THIESEN, I. (Org.). **Documentos Sensíveis: Informação, arquivo e verdade na Ditadura** de 64. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014.

SUBCHEFIA DE ASSUNTOS PARLAMENTARES. Exposição de Motivos Interministerial nº 00007, de 05 de maio de 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Projetos/EXPMOTIV/EMI/2009/7%20-%20CC%20MJ%20MRE%20MD%20AGU%20SEDH%20GSI%20SECOM%20CGU.htm>. Acesso em: 11 jun. 2018.

TENAGLIA, Mônica. **Comissões da verdade e os arquivos da ditadura militar brasileira.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2023.

TENAGLIA, Mônica; RODRIGUES, Georgete Medleg. As recomendações das comissões da verdade no Brasil sobre os arquivos da ditadura militar (1964-1985): uma análise dos relatórios finais. **Em Questão**, v. 24, n. 2, p. 280-299, 2018.

THIESEN, Icléia. *Documentos sensíveis: informação, arquivo e verdade na Ditadura de 1964.* Rio de Janeiro: 7Letras, 2014.

THIESEN, Icléia. Documentos 'sensíveis': produção, retenção, apropriação. Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação. v. 6, 2013. p. 1-15.

THIESEN, Icléia. Reflexões sobre documentos sensíveis, informação e memória no contexto do regime de exceção no Brasil (1964-1985). *Perspectiva da Ciência da Informação* 24, Jan. 2019, p. 6-22.

THIESEN, Icléia; FROTA, Maria Guiomar da Cunha. Os arquivos do Sistema Nacional de Informação e Contra-informação e o papel dos manuais na recuperação de informações sensíveis. **Informação & Sociedade**, v. 30, p. 1-18, 2020.

TOLENTINO, Marcos Oliveira Amorim. O arquivo da Dirección de Inteligencia de la Policía de la Provincia de Buenos Aires (DIPBA): entre a memória histórica e a verdade judicial. In: STAMPA, Inez Terezinha; NETTO, Rodrigo De Sá (orgs). *Arquivos da repressão e da resistência: comunicações do I Seminário Internacional Documentar a Ditadura.* Rio de Janeiro: Arquivo Nacional – Centro de Referência Memórias Reveladas, 2013.

VENANCIO, Renato P.; NASCIMENTO, Adalson O. Silenced and unsilenced memories: Archival fonds of Brazil's political police, 1964–1985. In: *Archival silences.* Routledge, 2021. p. 100-118.

VIDAL-NAQUET, Pierre. Os assassinos da memória. Campinas: Papirus, 1988, p. 9-15.

WEICHERT, Marlon Alberto. Arquivos secretos e direito à verdade. In *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil*, ed. Cecília MacDowell Santos et al. São Paulo: Aderaldo & Rothschild Editores, 2009.

WESCHLER, Lawrence. Um milagre, um universo: o acerto de contas com os torturadores. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

Legislação e projetos de lei

BRASIL. (2011). Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012. Regulamenta a Lei no 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição.

BRASIL. Decreto 5.584, de 18 de novembro de 2005. Dispõe sobre o recolhimento ao Arquivo Nacional dos documentos arquivísticos públicos produzidos e recebidos pelos extintos Conselho de Segurança Nacional - CSN, Comissão Geral de Investigações - CGI e Serviço Nacional de Informações - SNI, que estejam sob a custódia da Agência Brasileira de Inteligência - ABIN.

BRASIL. Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012. Regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição.

BRASIL. Lei 10.559, de 13 de novembro de 2002. Regulamenta o art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências.

BRASIL. Lei 4.341, de 13 de junho de 1964. Cria o Serviço Nacional de Informações.

BRASIL. Lei 6.683, de 28 de agosto de 1979. Concede anistia e dá outras providências.

BRASIL. Lei 9.140, de 04 de dezembro de 1995. Reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Projeto de Lei nº 219, de 26 de fevereiro de 2003. Regulamenta o inciso XXXIII do art. 5º da Constituição Federal, dispondo sobre prestação de informações detidas pelos órgãos da Administração Pública.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Projeto de Lei nº 5228, de 15 de maio de 2009. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição, e dá outras providências.

Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.

SUBCHEFIA DE ASSUNTOS PARLAMENTARES. Exposição de Motivos Interministerial nº 00007, de 05 de maio de 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Projetos/EXPMOTIV/EMI/2009/7%20-%20CC%20MJ%20MRE%20MD%20AGU%20SEDH%20GSI%20SECOM%20CGU.htm>. Acesso em: 11 jun. 2018.

